



Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas

Ata

Reunião de 24 de março de 2021

Ao vigésimo quarto dia, do mês de março, de dois mil e vinte e um, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu, via *online*, o Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas, adiante designado CONCIIG, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 – Aprovação da ordem de trabalhos; -----
- 2 – Discussão e auscultação pública sobre o Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025; -----
- 3 – Recomendação do Conselho da UE relativa à Igualdade, Inclusão e Participação das Pessoas Ciganas; -----
- 4 – Aprovação da ata da 18ª (décima oitava) reunião; -----
- 5 – Balanço da execução da ENICC para o ano de 2020 (dois mil e vinte); -----
- 6 – Outros assuntos. -----

Presidiu à reunião a Senhora Alta-comissária para as Migrações, Sónia Pereira, doravante designada por Alta-comissária, que nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018, de 29 de novembro, preside ao CONCIIG. Estiveram também presentes, a Senhora Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, Rosa Monteiro, a Senhora Secretária de Estado para a Integração e as Migrações, Cláudia Pereira e por parte do ACM, I.P., o Vogal do Conselho Diretivo, Dr. José Reis. A secretariar a reunião esteve o Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas (NACI), composto por Marisa Horta, coordenadora, e pelos técnicos do gabinete, Berill Baranyai, Luís Pinto, Maria Inês Carapinha e Teresa Vieira. -----

Estiveram presentes na primeira parte da reunião os/os seguintes conselheiros/as do CONCIIG: Cristina Milagre - Gabinete da Secretária de Estado para Integração e Migrações; Maria José Casa-Nova - Coordenadora da Observatório das Comunidades Ciganas; Maria José Vicente - Representante de instituições que trabalham com pessoas ciganas – EAPN; Francisco Monteiro - Representante de instituições que trabalham com pessoas ciganas - Obra Nacional de Pastoral dos Ciganos; Maria do Rosário Carneiro - Cidadã de reconhecido mérito; Jorge Vala - Investigador com trabalho relevante sobre pessoas ciganas – ICS/UL; Bruno Gonçalves - Representante de associações representativas de pessoas ciganas - Letras Nómadas - Associação de Investigação e Dinamização das Comunidades Ciganas; Sónia Matos - Representante de associações representativas de pessoas ciganas - AMUCIP – Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas; Susana Silveira - Representante de associações representativas de pessoas ciganas – Costume Colossal - Associação para a Integração das Comunidades Ciganas; Luís Romão - Representante de associações representativas de pessoas ciganas - Síllaba Dinâmica - Associação Intercultural; Noel Gouveia - Representante de associações representativas de pessoas ciganas - Agarrar Exemplos –



Associação e Desenvolvimento e Promoção das Comunidades Ciganas; Osvaldo Grilo - Representante de associações representativas de pessoas ciganas - ASRCCC – Associação Social Recreativa Cultural Cigana de Coimbra; Vítor Almeida - Representante da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género; Hugo Guinote - Representante da Polícia de Segurança Pública; Luís Macedo e Sousa - Representante da Direção-Geral das Autarquias Locais; Paula Carvalheira - Representante da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais; Alexandra Botelho - Representante do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais; Lina Varela - Representante da Direção-Geral da Educação; Cristina Pessoa - Representante da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares; Fátima Botão - Representante da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P.; Adélia Costa - Representante do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.; Rosária Godinho - Representante do Instituto da Segurança Social, I. P., em substituição da conselheira Catarina Marcelino; Maria Fernanda Marreiros – Representante da Direção-Geral de Saúde; Rosa Lourenço - Representante da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, em substituição da conselheira Rosário Farmhouse; Rita Mendes - Representante do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.; Mariana Bettencourt - Representante do Governo Regional da Madeira; Olga Freire – Representante da Associação Nacional de Freguesias.-----

A Sra. Alta-comissária deu início à reunião pelas catorze horas e quarenta minutos, quando a coordenadora do NACI, contabilizou a presença de dezoito conselheiros/as (metade do número total de conselheiros/as), dando as boas-vindas aos conselheiros/as e dando posse à nova conselheira, em representação da ANQEP, Maria de Fátima Botão. -----

Posteriormente, deu-se início ao ponto 1 da reunião, com a aprovação da ordem de trabalhos enviada por email no dia 10 de março de 2021. A Sra. Alta-comissária esclareceu, a pedido do Conselheiro Jorge Vala, que a discussão relativa à carta enviada pela Conselheira Maria do Rosário Carneiro, bem como todo o *feed-back* recebido, seria efetuada no âmbito do ponto 6 da ordem de trabalhos. -----

Não existindo qualquer objeção, a ordem de trabalhos foi aprovada por unanimidade-----

De seguida, a Sra. Alta-comissária passou ao ponto 2, dando a palavra à Sra. Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, que passou a apresentar a proposta para o Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025. Referiu que este plano estará, em termos temporais, alinhado com o plano contra o Racismo da União Europeia, mas que ainda se encontra em fase de construção. Salientou também que, a apresentação que iria efetuar, se baseou no conjunto de propostas elaboradas pelo Grupo de Trabalho criado para o efeito e que estão inseridas no relatório preliminar apresentado, bem como nos contributos recolhidos de várias áreas governativas. Adicionalmente, mencionou que esta apresentação se insere no processo de discussão e auscultação pública, que culminará com a colocação do documento no *site ConsultaLex* até ao final do mês de março para consulta pública alargada, tendo de seguida passado à apresentação do processo de elaboração e das propostas



efetuadas até ao momento. Foram apresentadas 10 áreas de intervenção para o plano: 1. Governança, Informação e Conhecimento para uma sociedade não discriminatória; 2. Educação; 3. Ensino Superior; 4. Trabalho e Emprego; 5. Habitação; 6. Saúde e Ação Social; 7. Justiça, Segurança e Direitos; 8. Participação e Representação; 9. Desporto; 10. Meios de Comunicação Digital; tendo-se colocado, a Sra. Secretária de Estado, à disposição dos membros do Conselho para ouvir comentários e sugestões.-----

A Sra. Alta-Comissária moderou as intervenções. Foi dada a palavra à coordenadora do ObCig Professora Maria José Casa-Nova, que referiu que é um documento que traz contributos muito importantes para a área do combate à discriminação e ao racismo, mas que para os membros do Concig poderem dar contributos teriam de ter acesso ao documento e não basearem-se somente na apresentação efetuada, ainda que esta tenha sido bastante pormenorizada. De seguida tomou a palavra a Conselheira Mariana Bettencourt, que lamentou o facto de não ter havido consulta nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, fazendo alusão de que o documento da UE refere a mobilização a nível local e regional. Acrescentou que na Madeira já estão a ser implementadas ações que estão em consonância com o plano da UE, nomeadamente para fazer face a problemas identificados relativamente à discriminação que têm sido alvo alguns migrantes provenientes da Venezuela. Fez menção ainda à comunidade cigana existente na Madeira, cujo número ronda as 70 pessoas, dizendo que, no que concerne à habitação social, houve a preocupação de os colocar em diferentes localizações geográficas, o que resultou numa maior abertura e integração da comunidade. Indicou ainda que estão a ser desenvolvidas intervenções no âmbito escolar. -----

Tomou a palavra de seguida a Conselheira Maria Fernanda Marreiros, que se congratulou com a apresentação do plano, tendo chamado a atenção para a importância da comunicação inclusiva como pilar de qualquer forma de combate à discriminação e ao racismo. -----

De seguida, tomou a palavra a Sra. Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, que mencionou que o que foi apresentado são propostas recolhidas do Grupo de Trabalho, bem como de várias áreas governativas, não sendo este um plano fechado. Referiu também que, o objetivo desta apresentação era fazer um ponto de situação do processo, dando a conhecer os contributos e propostas recolhidos até ao momento, voltando a salientar que o plano estará em consulta pública no final do mês de março. -----

De seguida tomou a palavra o Conselheiro Jorge Vala, que considerou que o documento apresentado, ainda que não sendo um documento final, é muito promissor. Levantou duas questões, que na sua opinião estão em falta: a questão de como será feita a monitorização da implementação desta estratégia, e em segundo lugar, como é que serão feitas as avaliações de impacto e qual o cronograma previsto para as mesmas. Do ponto de vista de conteúdo, no que toca a alguns setores chave como a Saúde, Segurança e Justiça, referiu não haver referência ao estímulo da informação dos conteúdos na formação. -----

A Sra. Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade voltou a tomar a palavra, esclarecendo que nesta fase não estão ainda a trabalhar no processo de planeamento,



propriamente dito, sendo que os indicadores e metas, assim como os sistemas de monitorização e o modelo de governança, serão abordados no devido momento do processo de planeamento estratégico. Relativamente à questão da formação, referiu que esta se encontra abordada no primeiro ponto da apresentação no espectro da governação, onde está mencionada a capacitação e formação do pessoal técnico e dirigente da administração pública, precisamente por considerar que é um elemento absolutamente necessário e que vai permitir grandes ganhos com reflexo nas restantes ferramentas e medidas propostas no plano. Acrescentou ainda que essa dimensão é estratégica e transversal em todo o plano. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Sra. Alta-Comissária passou ao ponto 3 da reunião, passando a palavra à Sra. Secretária de Estado para a Integração e as Migrações, Cláudia Pereira, que efetuou a apresentação referente à Recomendação do Conselho da UE relativa à Igualdade, Inclusão e Participação das Pessoas Ciganas. -----

A Sra. Secretária de Estado para a Integração e as Migrações começou por referir que iria, em primeiro lugar, apresentar a recomendação, e posteriormente falar um pouco do trabalho que tem sido feito pelo seu gabinete. Referiu ainda, para efeitos de enquadramento, que pela primeira vez o Governo criou o gabinete da Secretária de Estado para a Integração e as Migrações, e que tem a seu cargo as populações migrantes, as populações ciganas e as populações refugiadas. Explicou ainda que, a razão de estarem estas três populações na dependência do Ministério da Presidência, relaciona-se com o facto de se poder trabalhar de forma transversal as questões da educação, do emprego, da habitação e do acesso à saúde, e no que diz respeito às populações ciganas, reduzir e eliminar estas desigualdades. -----

Passou então à apresentação da Recomendação do Conselho relativa à Igualdade, Inclusão e Participação das Pessoas Ciganas. Começou por referir a importância do documento, o facto de ter sido aprovado, uniformizado e consensualizado, e também o facto de estabelecer a base das próximas estratégias nacionais para integração das populações ciganas. Abordou as principais novidades do documento, destacando a nova lógica na organização de prioridades, tendo abordado em primeiro lugar os 3 objetivos horizontais: Igualdade, Inclusão e Participação, e de seguida, os 4 objetivos setoriais: o acesso a um ensino geral, inclusivo e de qualidade; o acesso a um emprego sustentável e de qualidade; o acesso à saúde e serviços essenciais de qualidade e o acesso a habitação adequada, distribuída e não segregada, considerando que este é o maior desafio que enfrentamos para eliminar de vez a desigualdade. Quanto às evoluções face à anterior recomendação destacou, primeiramente, o facto de refletir a diversidade interna e heterogeneidade das pessoas ciganas, em segundo lugar, o foco no combate ao anticiganismo, em terceiro lugar, a promoção das parcerias e da cidadania, em quarto lugar, a introdução de um portfólio de indicadores e, por último, a monitorização e os reportes bianuais. Chamou ainda a atenção para a importância da Recomendação no sentido de esta se refletir nas estratégias nacionais de 2022 a 2030. -----

No que diz respeito aos próximos passos, chamou a atenção para o evento europeu *online* “*Working Together for Roma Rights*” para assinalar a adoção da Recomendação, e que terá



lugar no dia 15 de abril de 2021, endereçando convite a todos os presentes. De seguida, referindo-se à “Estratégia para a Integração das Comunidades Ciganas”, referiu a necessidade do aprofundamento da cooperação com outras áreas governativas, a definição de metas, que indiquem a melhoria efetiva da qualidade de vida das pessoas ciganas, bem como a sua participação, e ainda em integrar indicadores de impacto ambiciosos para que a monitorização possa levar a resultados relevantes. Referiu ainda a Estratégia Local de Habitação e o Programa de Recuperação e Resiliência como instrumentos que podem ajudar muito a atingir estas metas. Por último, voltou a referir a importância da Recomendação, que fornece apoio através das recomendações de indicadores e monitorização dos mesmos, permitindo uma comparabilidade mais sistemática entre os países. -----

Em seguida, fez menção ao trabalho que tem sido efetuado no gabinete da Secretaria de Estado para a Integração e as Migrações desde que iniciaram funções. Referiu que o que tem sido feito pelas pessoas ciganas, à semelhança do que tem sido feito pelos migrantes e refugiados, embora com diferentes conteúdos, é assegurar que estão integrados em todas as medidas do Governo e, por outro lado, fazer-lhes chegar a informação de todas as medidas que existem. Isto tem levado a uma colaboração mais estreita com os seus colegas, principalmente ao nível da habitação, tendo partilhado, neste âmbito, o estudo do IHRU de 2015. Mencionou a importância do estudo como guia na intervenção, principalmente nas reuniões que tem mantido com os municípios para falar sobre as populações ciganas, mas também migrantes e refugiadas, e deu o exemplo de Paredes como município que iniciou a implementação da Estratégia Local de Habitação com a população cigana. Neste contexto, referiu que a colega com quem mais tem articulado é a Secretária de Estado da Habitação, precisamente para assegurar que nas Estratégias Locais de Habitação estão sempre contempladas e asseguradas, as populações ciganas, e que a distribuição é feita tendo em conta a segregação espacial. -----

Referiu ainda que já realizou reuniões individuais com 38 municípios, tendo em vista conhecer melhor as suas Estratégias Locais de Habitação e, para os municípios que ainda não apresentaram Estratégias, conseguir convencê-los a fazê-lo e aproveitar esta oportunidade, principalmente no que diz respeito às situações de alojamento não clássico entre a população cigana. -----

De seguida, referiu que também tem sido objeto de discussão a questão do emprego, do acesso ao emprego e mecanismos de formação e qualificação, nomeadamente o RVCC e os Contratos de Emprego Inserção + (CEI+). Para fazer face às questões que foram colocadas, estão a ser ajustados os mecanismos em colaboração com a Secretária de Estado do Emprego e Formação, para que as ofertas cheguem à comunidade cigana de forma mais ajustada. Mas também fez referência ao regime de excecionalidade existente na Lei Geral do trabalho em Funções Públicas, que permite empregar pessoas sem escolaridade mínima. -----

Foi também abordada a Educação como sendo uma questão preocupante, e que embora se tenha assistido a aumento do número de alunos/as ciganos/as em todos os níveis de ensino,



com aumento de aproveitamento escolar, todavia, o número de alunos no ensino secundário e superior é ainda muito baixo . Ainda no âmbito das reuniões com os municípios, referiu a importância de conhecer as realidades locais, e que isto lhe permitiu, por exemplo, ter conhecimento que nos municípios de Peniche, Moura, Mourão e Vidigueira, existem cerca de 100 crianças ciganas, nenhuma acima do 6º ano de escolaridade. Indicou estar também a trabalhar com o Secretário de Estado Adjunto para a Educação, no sentido de fazer face a estas questões. Foi mencionado o trabalho feito pelo ACM I.P. nesta área, nomeadamente através do Programa Escolhas, mas também das bolsas ROMA Educa, tendo feito referência ao alargamento das bolsas para abrangerem do 7º ao 12º ano de escolaridade, e às 446 candidaturas reacionadas neste âmbito, para as quais se vai ter que arranjar financiamento, sendo que a Empresa DST de Braga irá financiar 20 dessas bolsas. Para o próximo ano mencionou desejar ter 1200 candidaturas, a fim de se começar a reduzir de forma substancial a desigualdade no sistema de educação, contando para isso com as medidas e instrumentos já referidos, mas também com o Programa de Mediadores Municipais Interculturais. Em relação ao ensino superior, tem sido reforçada a informação disponibilizada relativamente aos apoios sociais disponíveis, e também foi feita menção à importância das bolsas OPRE e de todo o trabalho desenvolvido nesse âmbito. Foi referida também os incentivos aos/às alunos/as que vão estudar para o interior do país. -----

Acrescentou ainda que foi realizada uma reunião com a Sra. Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e as associações Letras Nómadas e AMUCIP, no sentido de desenhar respostas sociais adequadas. De seguida referiu a importância de várias associações, inclusive as representadas no CONCIG, terem apresentado projetos ao abrigo do Programa Bairros Saudáveis. -----

Deu nota ainda que o ACM, I.P. está a considerar descentralizar o Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas, com o fim de ter uma abordagem de proximidade no território. Adicionalmente, referiu estar a trabalhar com o Observatório das Comunidades Ciganas, com o objetivo de fazer um levantamento da população itinerante nómada a nível nacional. -----

De seguida, fez menção à crítica do Conselho da Europa a Portugal, devido às condições de habitação das populações ciganas em Portugal. Disse entender a crítica, mas relevou a importância desta questão, quer para o seu gabinete, quer para o gabinete da Secretária de Estado para a Habitação. -----

A Sra. Secretária de Estado, referiu ainda que, deu início a reuniões bimestrais para a integração da população cigana, que integra os municípios da Figueira da Foz e Torres Vedras como peritos, para liderar grupos de trabalho sobre a integração das comunidades ciganas e partilhar ensinamentos com outros municípios, sendo a promoção do trabalho em rede outro dos objetivos desta iniciativa piloto. Já foram realizadas reuniões com 4 grupos, tendo sempre a presença de um Secretário de Estado de diferentes áreas, no sentido de ajustar e melhor informar das medidas existentes. Num dos grupos esteve também a empresa DST de Braga,



com o objetivo de partilhar a sua experiência de diversidade (trabalhadores com diferentes origens, etnias, idades etc) aos municípios. -----

No entanto, ressaltou que apesar de todo o trabalho desenvolvido há muito a fazer, dado que é a população mais excluída, com maiores indicadores de exclusão aos níveis do emprego, da educação, da habitação ou do acesso à saúde, sendo objetivo, e de acordo com o programa do Governo, reduzir estas desigualdades. Por outro lado, o anticiganismo tem-se acentuado, sendo que o Plano Nacional contra o Racismo e a Discriminação apresentado anteriormente incide nessa área, nomeadamente na formação dos vários profissionais dos serviços públicos para combater o anticiganismo. Voltou a referir a importância do Plano de Recuperação e Resiliência como instrumento para fazer face às problemáticas existentes, sendo nesse sentido que estão a trabalhar, para fazer um aproveitamento ideal destes recursos. -----

Agradeceu particularmente o trabalho das associações ciganas durante a pandemia, especialmente na resolução da situação ocorrida em Castro Verde, reiterando a força de estabelecer alianças. -----

Por último, deixou uma mensagem a todos presentes, que continuem o trabalho que têm estado a fazer, que sinalizem situações de discriminação, que façam chegar propostas, dando o exemplo de Fernando Moital, que na reunião em que esteve fez várias sugestões muito interessantes de como lidar com os problemas das populações ciganas itinerantes. -----

Finda a intervenção, a Sra. Alta-Comissária moderou algumas questões colocadas. -----

Foi dada a palavra à Conselheira Maria do Rosário Carneiro, que pediu para intervir em dois pontos. Em primeiro lugar, voltou a referir que entende de fundamental e de muito pouco adequado a solução que em Portugal se tem, relativamente a um esforço político concertado no sentido de remover a exclusão em que um grupo de cidadãos portugueses, que são os ciganos, vivem. Isto tem a ver com o facto de serem sistematicamente anexados a outros grupos populacionais que não são portugueses, que são os migrantes e os refugiados. Considera que é um erro político gravíssimo e também um erro conceptual, no sentido de olhar para toda a população de um país e considerar que, há uns que por serem ciganos e pobres, são tratadas as suas questões, o seu problema de integração ou da remoção da exclusão em que vivem, juntamente com os que não são portugueses, em vez de serem tratados juntamente com todos os que são portugueses. É o que redundava de um ponto de vista conceptual e de um ponto de vista prático. Ressaltou que, esta posição, nada tem a ver com o reconhecimento e apreço que tem por todo o esforço que tem sido feito, mas que espera que um dia se possa olhar para este grupo de cidadãos portugueses e encontrar uma solução para esta temática, que é de portugueses, sem terem de estar anexados a outras problemáticas, que naturalmente vão enviar e reduzir parte do esforço que tem que ser feito para com estes, porque são simplesmente portugueses. Acrescentou que estamos a falar de um Estado, que tem um grupo da sua população que vive, alguma dela, numa situação de particular exclusão e têm que ser tratados como portugueses, e não como um grupo de cidadãos que está anexado a outros grupos populacionais que não são portugueses. -----



O segundo ponto que mencionou foi a Recomendação da Comissão Europeia, tendo referido a importância da definição de metas, mas sobretudo, dos indicadores de impacto, considerando que isto fará toda a diferença. Sugeriu que, a título piloto, se introduzisse um indicador de impacto, para ser medido ainda no âmbito da atual Estratégia Nacional, no sentido de quando for introduzida a nova Estratégia, tenhamos já as metodologias mais afinadas e possamos medir o real impacto das intervenções na vida das pessoas. -----

De seguida foi dada a palavra à Conselheira Maria Fernanda Marreiros, que disse, em primeiro lugar, partilhar do sentimento da Conselheira Maria do Rosário Carneiro, no que toca à inclusão da problemática das populações ciganas junto com as de populações não portuguesas. Em segundo lugar, agradeceu a menção da Sra. Secretária de Estado à situação das populações ciganas nómadas em Évora, e em terceiro lugar, referiu a importância do trabalho de proximidade desenvolvido com as autarquias, que considera fundamental. -----

Foi dada a palavra à Conselheira Sónia Matos, que salientou o trabalho árduo efetuado pelo Grupo de Trabalho, do qual faz parte, no sentido de apresentar as propostas para o Plano Nacional contra o Racismo e a Discriminação, desejando que as recomendações apresentadas não fiquem somente no papel e possam ser passadas à prática. Mencionou ainda a importância de agilizar formas de implementar aquilo que já está identificado, como sendo as problemáticas da comunidade cigana, considerando que o percurso feito tem sido muito lento. Referiu ainda, a particular dificuldade que as associações ciganas têm tido no desenvolvimento do trabalho no terreno, salientando a falta de apoios institucionais, que só começaram a surgir nos últimos 6/7 anos. Concordou também com a Conselheira Maria do Rosário Carneiro, relativamente à inclusão das problemáticas da comunidade cigana juntamente com as dos migrantes e refugiados, considerando que isso lhe retira automaticamente a sua identidade enquanto portuguesa. Reforçou a importância de existirem medidas políticas de discriminação positiva, dando o exemplo das medidas de quotas aplicadas no âmbito da igualdade de género, considerando que é por essa razão que hoje temos tantas mulheres na política e em cargos empresariais. Disse ainda estar satisfeita de se estar a falar de medidas que podem ser implementadas, no entanto, referiu que se estas medidas não forem de carácter obrigatório e não houver sanções para quem não as implementar, dificilmente se solucionarão os problemas das pessoas ciganas. Referiu ainda que as associações ciganas, que diariamente trabalham no terreno devem ser mais apoiadas e não só chamadas para ajudar a resolver situações de emergência. -----

Considera que o projeto Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas (PLICC) foi um primeiro passo para envolver as autarquias, mas que, ainda que os PLICC estejam elaborados, depois não existe financiamento para a implementação dos mesmos, quer seja financiamento para as autarquias, quer seja financiamento para as associações ciganas desenvolverem os projetos no terreno. -----

Em seguida, foi dada a palavra ao Conselheiro Luís Romão, que abordou inicialmente a questão das bolsas ROMA Educa, referindo a importância do aumento do número de bolsas,



como uma oportunidade para dar, cada vez mais, bases às crianças ciganas, mas também para o acompanhamento de proximidade, sendo para isso necessário colocar no terreno boas equipas que possuam experiência e sensibilidade. Indicou estes dois fatores como fundamentais para o sucesso escolar das comunidades ciganas. -----

Findas as intervenções, a Sra. Alta-Comissária devolveu a palavra à Sra. Secretária de Estado para a Integração e as Migrações, que referiu compreender a posição dos/as Conselheiros/as, relativamente à inclusão das problemáticas das comunidades ciganas juntamente com as dos migrantes e refugiados, já que é uma questão concetual, mas também identitária. Disse que aquelas ficaram na tutela do Ministério da Presidência para se poder trabalhar de forma transversal com as outras áreas governativas, reiterando a sua esperança que a Secretaria de Estado a que preside deixe de existir em dois mandatos, pois isso representará que as desigualdades deixaram de existir. -----

Mencionou ainda a sugestão da introdução de indicadores de impacto ainda nesta Estratégia, como uma boa sugestão, sugerindo a introdução de indicadores na área da Educação, onde já existe um perfil escolar das comunidades ciganas mostrando, no entanto, abertura a outras sugestões. -----

No que diz respeito aos Planos Locais, deu o exemplo do município de Paredes, que começou a sua Estratégia Local de Habitação dirigindo-se às comunidades ciganas, tendo salientado a importância de transmitir estas boas práticas a outros municípios. -----

Referiu medidas a serem tomadas na área da Educação, nomeadamente um mecanismo de acesso diferenciado, de forma a permitir o acesso ao ensino superior a mais pessoas em situação de vulnerabilidade, sendo que ainda não estando finalizadas, não as pode divulgar. ---

De seguida, referiu a importância de as respostas sociais do Programa de Recuperação e Resiliência terem uma estrutura de coordenação. Havendo vários programas a trabalhar com pessoas ciganas, existe a necessidade de haver uma estrutura de coordenação que reúna as várias áreas, no sentido de melhor se perceber o que pode funcionar melhor, aumentando a eficácia. -----

Por último, disse concordar com a posição de abordagem de proximidade na Educação, sugerida pelo Conselheiro Luís Romão, por ser a que proporciona melhores hipóteses de sucesso. -----

De seguida, a Sra. Alta-Comissária passou ao ponto 4 da ordem de trabalhos, aprovação da ata da reunião anterior, tendo esclarecido que serão, na versão final, integrados os comentários enviados pelos/as conselheiros/as representantes do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, da Direção-Geral da Educação, da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e da Coordenadora do Observatório das Comunidades Ciganas. Não havendo oposição ou manifestações, a Sra. Alta-Comissária deu como aprovada a ata da reunião anterior. Referiu ainda que, todas as atas das reuniões ordinárias do CONCIG estarão disponíveis no *site* do ACM, I.P., logo que estejam sanados os problemas técnicos que, de momento, o impedem. -----



Após 10 (dez) minutos de intervalo, estando presentes os/as conselheiros/as Maria José Casa-Nova, Maria José Vicente, Francisco Monteiro, Jorge Vala, Luís Macedo e Sousa, Lina Varela, Fátima Botão, Rosária Godinho, Rosa Lourenço, Maria Fernanda Marreiros, Rita Mendes, Mariana Bettencourt e Olga Freire, a Sra. Alta-comissária passou ao ponto 5 da ordem de trabalhos, balanço da execução da ENICC no ano de 2020, recordando que dos 148 (cento e quarenta e oito) indicadores com metas, houve 89 (oitenta e nove) indicadores com metas para 2020 (dois mil e vinte) e 14 (catorze) indicadores com metas até 2022 (dois mil e vinte e dois). Dos 89 (oitenta e nove) indicadores com metas para 2020 (dois mil e vinte), foram reportados como cumpridos até à data 63 (sessenta e três), o que dá uma taxa de concretização, em 2020, de 70 (setenta) por cento. -----

Tomou a palavra Marisa Horta, coordenadora do NACI, para fazer a apresentação do quadro relativo à execução da ENICC. Referiu que os números apresentados ainda são provisórios, visto que ainda aguardam o reporte de alguns indicadores, nomeadamente por parte da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional. A sua apresentação foi centrada nas medidas em que o ACM, I.P. é responsável ou corresponsável. -----

Quanto às 59 (cinquenta e nove) medidas, em que o ACM, I.P. é responsável ou corresponsável, começou por dizer que a meta da medida relativa ao número de projetos FAPE aprovados (estando previstos vinte projetos aprovados, mas só sendo aprovados quinze, não foi atingida), atendendo que o orçamento disponível, aprovados projetos de maior valor, não permitiu aprovar os 20 previstos. De igual modo, a meta relativa ao projeto ROMED (13 (treze) municípios com projeto) também não foi atingida, sobretudo devido à pandemia que causou limitações nos contactos com os municípios. -----

Por outro lado, conseguiu-se apoiar mais projetos PAAC do que o previsto (estavam previstos 8 (oito) projetos aprovados, tendo sido aprovados 10 (dez)). No que toca à formação em História e Cultura Cigana, embora tenham sido ministradas mais de 2100 horas de formação, não se conseguiu atingir o objetivo da formação às forças de segurança, tendo sido ministradas 4 (quatro) ações de formação. Relativamente às restantes ações de formação, foram ministradas a várias instituições, como o IHRU, o IEFP e as CPCJ. Estas últimas constituíam um dos grandes objetivos que não foi atingido, tendo sido ministradas ações a 40 (quarenta) por cento das CPCJ existentes no país, ao invés dos 45 (quarenta e cinco) por cento previstos. Foi conseguida também a renovação do Programa Escolhas, que também consta como meta da ENICC, tal como o aumento de bolsas ROMA Educa. Referência ao OPRE, que pela primeira vez teve mais candidatos do que bolsas disponíveis, tendo sido atribuídas 41 (quarenta e uma) bolsas quando só estavam previstas 40 (quarenta). Quanto ao Programa de Mediadores Municipais Interculturais (PMMI), também não foi atingida a meta prevista de 25 (vinte e cinco) mediadores ciganos, tendo sido atingido o valor de 22 (vinte e dois), em parte devido ao atraso no lançamento do segundo aviso POISE. Outras metas que não foram alcançadas foram, o número de mulheres e raparigas ciganas abrangidas pelo Projeto Mundar, e também o número de mentores ciganos a apoiar alunos ciganos no ensino secundário. -----



De um modo geral, foram estas as medidas a cargo do ACM, I.P., podendo ser depois consultadas mais em pormenor no Relatório de Execução da ENICC. -----

De seguida foi dada a palavra à representante da ANQEP, Dra. Fátima Botão, que referiu que relativamente aos objetivos da responsabilidade da ANQEP, não foi possível em 2020 (dois mil e vinte) elaborar os relatórios previstos na medida 1.2.3. da ENICC, devido às vicissitudes da pandemia. No entanto, estão em desenvolvimento os trabalhos de preparação de um novo inquérito aos Centros Qualifica, no sentido de tentar recuperar ainda, alguns dados relativos a 2020 (dois mil e vinte). Quanto à medida 3.1.1. da ENICC, o processo de integração da qualificação de Mediador/a no Catálogo Nacional de Qualificações, referiu que ainda está a ser elaborado. Relembrou que neste âmbito, foi criado em 2019 (dois mil e dezanove) um grupo de trabalho, de que fazem parte a ANQEP, o ACM, I.P., a AMEC e várias organizações da sociedade civil, no entanto, este grupo não concluiu ainda os trabalhos necessários ao desenho de um perfil profissional, pelo que, já em 2020 (dois mil e vinte), a ANQEP definiu em conjunto com o ACM um plano de trabalhos que permitiu concluir o desenho do perfil profissional, sendo que devido a vários constrangimentos, ainda não foi possível concluir o referencial de formação. No entanto, já este ano, foram retomados os trabalhos entre a ANQEP e o ACM, I.P. no sentido de, ainda em 2021, ser integrada esta qualificação no catálogo. Quanto à medida 5.3.1., o indicador da responsabilidade da ANQEP, número de mulheres e homens ciganas/os abrangidas/os por projeto-piloto, num território com forte presença da comunidade cigana, de alfabetização e literacia básica, referiu que está também a ser equacionada a sua implementação. Referiu que durante o ano de 2021 (dois mil e vinte e um), vão ser desenvolvidos os esforços necessários para a implementação do projeto-piloto. No que concerne à medida 6.1.1., foram referidos os números constantes do inquérito realizado aos Centros Qualifica em 2019 (dois mil e dezanove), já que, como referiu anteriormente, não foi possível a realização do inquérito no ano de 2020 (dois mil e vinte). Por seu lado, quanto à medida 6.1.3., foram realizadas em 2020 (dois mil e vinte) 5 (cinco) ações de formação a formadores e técnicos dos Centros Qualifica, abrangendo 86 profissionais. Estão a ser preparadas novas ações para 2021 (dois mil e vinte e um), com o objetivo de abranger os técnicos que não tiveram oportunidade de participar nas ações formações já realizadas. -----

Em seguida, tomou a palavra a Dra. Rosa Lourenço, em representação da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. Referiu que, dada a situação pandémica que vivemos, desenvolveram grande parte da sua ação com o apoio do ACM, I.P., nomeadamente nas ações de formação às CPCJ, que, como mencionado anteriormente, só abrangeram cerca de 40 (quarenta) por cento do total de CPCJ existentes. -----

Tomou, de seguida, a palavra a Conselheira Lina Varela, em representação da Direção Geral de Educação. Relativamente à medida 1.2.3. da ENICC, salientou a realização do inquérito que deu origem ao relatório do Perfil Escolar das Comunidades Ciganas, e também a realização, em parceria com o ACM, do Webinar *“Comunidades Ciganas: O caminho que fizemos, o presente que moldamos e o futuro que queremos”*. Quanto à medida 3.1.2., referiu a realização de ações



de formação no âmbito do programa TEIP, tendo algumas destas ações também sido realizados no âmbito do projeto INCLUDED. No que concerne ao objetivo 5.1., destacou a elaboração do guião pedagógico, que foi publicado no *site* da DGE e disseminado nas escolas do programa TEIP, assim como a realização de uma ação de formação para professores, intitulada “*A inclusividade e a interculturalidade como dimensões críticas da educação das crianças e jovens ciganos*”. Por último, salientou ainda que, devido à crise pandémica, foi criado o *site* Apoio às Escolas (<https://apoioescolas.dge.mec.pt/>), que, entre vários outros recursos, disponibilizou uma proposta de planificação interdisciplinar (<https://apoioescolas.dge.mec.pt/recursos/planificacao-de-atividades-baseada-na-ferramenta-pedagogica-reflexo-6o-ano>) e que teve por base a ferramenta pedagógica Reflexo. -----

De seguida, foi dada a palavra à Conselheira Maria Fernanda Marreiros, representante da Direção Geral de Saúde. Relativamente aos objetivos na área da saúde, nomeadamente nos indicadores de acesso à saúde por parte de pessoas ciganas, referiu a grande dificuldade em recolher dados que permitam a medição para os indicadores desta área, estando-se a discutir estratégias nesse sentido, que espera possam ser implementadas num futuro próximo. Quanto ao segundo objetivo específico para a área da saúde, a capacitação de profissionais de saúde nos Cuidados de Saúde Primários e Cuidados Hospitalares, salientou que este se refere somente ao serviço público de saúde, não abrangendo os serviços privados. Durante o ano de 2020 (dois mil e vinte), mencionou que: foi constituída uma equipa de coordenadores regionais para as 5 (cinco) ARS para implementação dos objetivos constantes na ENICC; realizaram ações de formação em “História e Cultura Cigana”, em parceria com o ACM, I.P.; realizaram diagnóstico de situação relativamente a todas as USF do ACES Norte; realizaram também diagnóstico para saber se desenvolveram, ou desenvolvem, projetos e atividades para comunidades ciganas. Esclareceu que cada coordenador regional tem liberdade, de acordo com a identidade territorial, de desenvolver as suas estratégias para implementação das medidas previstas. Ainda neste âmbito e quanto às dificuldades sentidas, disse que ainda não existe coordenador para a área da ARS Centro, e que também já reportaram superiormente a dificuldade em trabalhar alguns dos indicadores da ENICC. Referiu ainda o desconhecimento do espírito da estratégia, por parte de um grande número de profissionais de saúde, bem como o desconhecimento da situação real das comunidades ciganas em Portugal e a desvalorização dos problemas de inclusão das pessoas ciganas na sociedade. No que diz respeito às oportunidades para o futuro, disse estarem a refletir sobre: formas estratégicas de divulgar a ENICC, dentro das comunidades ciganas, mas também na sociedade maioritária; criar elos de ligação de profissionais de saúde às comunidades ciganas por concelho; identificar o número de mediadores ciganos nos serviços de saúde, já que esse número é desconhecido; realizar uma listagem de associações que trabalham com comunidades ciganas; articular com outras áreas básicas para a inclusão (educação, emprego e habitação); e por último, propor à DGS a promoção da diversidade cultural e colocar nos cartazes pessoas ciganas, de forma a promover uma imagem de inclusão.-----



De seguida, foi dada a palavra à Dra. Rita Mendes, representante do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Em relação aos indicadores que são responsabilidade do IHRU, a conselheira informou que existe uma limitação que tem a ver com o facto de, não haver distinção na intervenção do IHRU sobre se a intervenção envolve pessoas ciganas ou não, que de alguma forma compromete a concretização do objetivo. Por outro lado, o programa Primeiro Direito, que embora seja gerido pelo IHRU, depende da concretização das Estratégias Locais de Habitação pelos municípios para ser efetivo, e por isso, não está só nas mãos do IHRU a concretização dos objetivos associados, mas principalmente dependente dos municípios. Neste âmbito, salientou ainda que o Programa de Recuperação e Resiliência poderá trazer ainda mais benefícios ao programa, que poderão ser aproveitados pelos municípios que tenham identificadas situações que queiram solucionar. Deu ainda nota que o “Programa Da Habitação ao Habitat” viu o seu prazo estendido até maio do presente ano. Posteriormente, referiu que, embora tenham sido afetados pela situação pandémica, conseguiram realizar as 4 (quatro) ações de formação previstas. Por último, mencionou que estão a decorrer 3 (três) projetos-piloto, nos municípios de Elvas, Loures e Vila Nova de Gaia, que são municípios com uma prevalência relevante da comunidade cigana. -----

Em seguida tomou a palavra a Coordenadora do Observatório das Comunidades Ciganas, Professora Maria José Casa-Nova. A conselheira destacou dois projetos de investigação, sendo o primeiro ao nível da Educação, tendo sido concluído o projeto RISE (“*Roma Inclusive School Experience*”) e publicado o *booklet* de boas práticas para professores, ao nível das práticas pedagógicas em sala de aula e em contexto educativo. Quanto à área da Saúde, o Observatório das Comunidades Ciganas publicou o número 13 (treze) da Coleção Olhares, que foi um estudo relacionado com as expectativas das famílias ciganas relativamente ao cuidar do Enfermeiro de família da autoria de Manuela Estanqueiro, que é um estudo que procura refletir sobre o cuidado de saúde de proximidade, neste caso específico, dos enfermeiros.-----

No campo da formação, o Observatório realizou um seminário internacional, subordinado ao tema “Desafios Digitais no Ensino Superior”, que contou com um painel composto por jovens ciganos a frequentar o ensino superior, e igualmente com o Professor Mariano Enguita, da Universidad Complutense de Madrid. Referiu ainda o ciclo de “Conversas com...”, iniciado em 2020, com a primeira edição dedicada ao tema “Ensino a distância e literacia digital: dificuldades e desafios” e os vários convites recebidos pelo Observatório para fazer formação em vários domínios, principalmente ao nível do racismo, discriminação, educação intercultural e da integração versus assimilação, e para os mais variados profissionais. No total, referiu terem sido ministradas cerca de 1000 (mil) horas de formação. -----

Menção também para os prémios ObCig, que foram entregues aquando da realização do seminário internacional, tendo o prémio Empresas Integradoras sido entregue à empresa DST pelo segundo ano consecutivo, e o prémio Pessoa de Mérito, na sua primeira edição, foi atribuído a Olga Mariano. -----



De seguida foi dada a palavra ao Conselheiro Luís Macedo e Sousa, Representante da Direção-Geral das Autarquias Locais, que disse não ter nada a acrescentar ao que foi dito. -----
Findas as intervenções, a coordenadora do NACI Marisa Horta, apelou a todos os intervenientes que enviem toda a informação relativa à execução da ENICC em 2020 (dois mil e vinte) o mais rapidamente e detalhadamente possível, porque sem essa informação não é possível fazer o Relatório de Execução. Referiu ainda, que continuam algumas medidas sem dados desagregados, como são os casos da PSP e do IPDJ. -----
De seguida tomou a palavra a Sra. Alta-Comissária, que referiu que sai desta reunião reforçada a ideia de que há muito que já foi feito, de que a estratégia em vigor vai-nos permitindo monitorizar as várias ações, tendo realçado a importância de trabalhar os indicadores de impacto e não apenas nos indicadores de implementação de ações, bem como a importância do trabalho em rede entre as várias entidades envolvidas na execução da ENICC. Deu, em seguida, por concluído este ponto da ordem de trabalhos. -----
Passou-se assim ao ponto 6, Outros Assuntos, tendo a Sra. Alta-Comissária dito que, dado que atendendo que grande parte dos Conselheiros já não se encontrava presente, seria mais pertinente fazer o *follow up* da discussão relativa à carta enviada pela Conselheira Maria do Rosário Carneiro, por *e-mail*. Deu ainda conhecimento que, da referida carta, foram recebidas o total de 6 (seis) respostas (em anexo), embora pareça ser vontade que possa sair do CONCI, uma forma de manifestação mais pública daquilo que deve ser a posição deste órgão relativamente à população portuguesa cigana, numa lógica positiva, de dar a conhecer os progressos que têm sido feitos, e também dar conta que não se reconhecem em algumas manifestações públicas que estigmatizam a população portuguesa cigana. Assim, voltou a sugerir que o *follow up* seja efetuado por *e-mail*, no sentido de, eventualmente, se ter uma proposta do acordo de todos para aprovar na próxima reunião. -----
De seguida foi dada a palavra à Conselheira Maria Fernanda Marreiros, que referiu que leu a carta, mas não percebeu a origem do problema, pensando que não tinha informação suficiente para se pronunciar. -----
Tomou a palavra a Sra. Alta-Comissária, esclarecendo que a origem desta carta está nos comentários feitos pelo líder do Chega e também deputado André Ventura, relativamente à população cigana e que possa originar uma tomada de posição. -----
Tomou a palavra a Conselheira Rita Mendes, que disse concordar com o *follow up* por e-mail da discussão relativa à carta enviada pela Conselheira Maria do Rosário Carneiro, e sugeriu também que ficassem registadas em ata as respostas obtidas das entidades até ao momento. -
A Sra. Alta-Comissária questionou a Conselheira se o IHRU respondeu somente para o ACM, I.P. ou para todos os Conselheiros/as, tendo a coordenadora do NACI esclarecido que o IHRU só respondeu para o ACM, I.P. -----
Em seguida, tomou a palavra a Conselheira Maria José Casa-Nova, que referiu, em primeiro lugar, ter também respondido somente para o ACM, I.P., e em segundo lugar, relativamente à questão da Conselheira Maria Fernanda Marreiros, referiu que, no seu entender, não interessa



fazer referência a partidos políticos ou pessoas, sendo a intenção fazer um texto mais pedagógico, que dê a conhecer o trabalho que está a ser desenvolvido a este nível, e que o CONCIG repudia quaisquer textos, palavras ou atos que discriminem negativamente a população cigana.-----

A Sra. Alta-Comissária disse, no seguimento, que é esse também o sentido e o entendimento do ACM, I.P. relativamente ao assunto, que se deve melhorar a comunicação sobre o que está a ser feito e também, com base em factos, revelar a real situação da população cigana, desconstruindo mitos e estereótipos. -----

Posteriormente, tomou a palavra o Conselheiro Jorge Vala, que disse, e na sequência da sua intervenção inicial sobre este assunto, que a questão deveria ter sido discutida logo a seguir à intervenção da Sra. Secretária de Estado para a Integração e as Migrações. Considera que o CONCIG é um Conselho que apoia organismos governamentais, e que na sua opinião, cabe-lhe pronunciar-se em momentos de especial agressividade e animosidade pública. Assim, concorda com a sugestão da Sra. Alta-Comissária de elaborar um documento simples, referindo 3 (três) aspetos fundamentais: em primeiro, o desagrado do Conselho pelo facto de uma comunidade de portugueses ter sido alvo de estereotipização e de julgamentos públicos totalmente injustos; em segundo, que essa própria comunidade tem tomado ações de autodesenvolvimento, promoção e integração na sociedade portuguesa, que são muito positivos; em terceiro, referir que este Conselho tem realizado ações de apoio a iniciativas de membros desta comunidade. Segundo o Conselheiro, há que ter presente que a comunidade racializada mais desprezada e odiada na sociedade portuguesa é a comunidade cigana, existindo informação empírica que esta comunidade não está coberta pela norma do anti-racismo, sendo que o anti-racismo atinge várias comunidades, mas não atinge a comunidade cigana. -----

A Sra. Alta-Comissária referiu ir dar seguimento, por *e-mail*, a essa proposta nesse sentido. -----
Após se verificar que não havia mais intenções de intervenção, a Sra. Alta-comissária deu por terminada esta reunião. -----

24 de março de 2021